



13 DE MARÇO DE 2013

**DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA  
DO RIO DE JANEIRO**  
APRESENTAÇÃO DE VICENTE LOUREIRO E PAULO COSTA



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL**  
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP  
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

**CONSELHO ESTRATÉGICO DE INFORMAÇÕES DA CIDADE**

Ata da reunião de 13 de fevereiro de 2013

Nesta data, reuniu-se, por convocação da Presidência do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP, o Conselho Estratégico de Informações da Cidade, órgão colegiado da estrutura do IPP, de acordo com a Lei 2.689, de 01 de dezembro de 1998, com a seguinte pauta:

- **Desenvolvimento da região metropolitana do Rio de Janeiro** - apresentação de Vicente Loureiro e Paulo Costa

A reunião realizou-se na sede do IPP com a presença dos conselheiros abaixo assinados e contou, também, com a participação de Vicente Loureiro e Paulo Costa.

O conselheiro Mauro Osorio abriu a sessão explicando que o conselho, inicialmente, tinha a participação de representantes das secretarias municipais e a partir da gestão do Prefeito Eduardo Paes houve uma reformulação e passou-se a convidar representantes da academia e de diversas outras áreas para que possamos ter diversos olhares sobre as políticas públicas em discussão.

Introduziu, então, o tema da reunião, uma apresentação sobre a questão metropolitana de um trabalho realizado por Vicente Loureiro, que já vem realizando seminários para apresentar o tema.

A presidente do Instituto Pereira Passos, Eduarda La Rocque, agradece a presença do convidado e passa a palavra.

Vicente agradeceu o convite, também em nome de Paulo Costa ao seu lado auxiliando durante a apresentação, e comentou sobre a aridez do tema e suas dificuldades.

A problemática está fora da agenda política, ausente no interesse da grande imprensa e também em meio à população que há muito tempo não é noticiada sobre o assunto e sobre como promover ações integradoras. Ao longo dos anos de estudo, percebemos que o Rio de Janeiro foi um estado a abandonar institucionalmente o tratamento da questão, ele acabou por afugentar um pouco, das suas práticas, uma visão mais integradora das ações.

Optamos por consagrar um modelo com uma visão setorializada e carregada, sem críticas ao setor de habitação e desenvolvimento urbano, mas percebemos uma visão prioritariamente setorial na região metropolitana. Talvez a maior dificuldade seja incorporar outras visões. Ganhar densidade com outros olhares e, portanto, diminuir as dificuldades de implantação e os atritos e conflitos que são gerados. Dois exemplos corriqueiros, para demonstrar a falta de visão integradora e uma compreensão concreta do fato metropolitano, na concepção dos projetos, é a municipalização da Linha Vermelha até a Ilha do Governador, e a municipalização da Avenida Brasi. São dois exemplos claros de um equívoco. Independente da Avenida Brasil estar integralmente no território do município, ou da Linha Vermelha estar também outros municípios da região metropolitana, são inegavelmente dois grandes corredores, e mereciam tratamento como corredores metropolitanos. Há também problemas no campo do saneamento, como, por exemplo, o programa Minha casa minha vida, vemos virtudes e defeitos. É um programa que no campo do adensamento das cidades que compõem a metrópole, tem um papel preponderante na redução da informalidade e no caso da região metropolitana é uma performance avançada do Rio de Janeiro com acertos e erros.

Houve esforços relevantes, da prefeitura, do governo do estado, de outros atores, uma instituição que procurou tratar do assunto, mas do ponto de vista prático, não conseguiu redundar em ações integradoras ou projetos um pouco mais proporcionais a complexidade do território como estava previsto. Nos últimos seis anos, foram várias as iniciativas na tentativa de trazer o tema à discussão.

A estrutura do governo do estado não retrata o fato metropolitano, existe a subsecretaria dentro da Secretaria de Obras, mas não é um órgão com missão efetiva de tratar o tema no aspecto da governança, mas sim um órgão de projetos na tentativa de organizar programas com outras instituições do governo. Entre algumas ações do governo



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL**  
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP  
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

do estado existe a tentativa de tratar o tema, mas não existe suporte e musculatura adequada e proporcional ao desafio. Existiu a Secretaria Regional da Baixada, com tentativas de incorporar a Secretaria do Ambiente com uma visão territorial, mas foram ações espasmódicas ou setoriais que não tiveram êxito.

Oficialmente, pela legislação, existem 19 municípios, apesar da omissão sobre Mangaratiba, mas perdemos a capacidade de governança e de estabelecer critérios que façam com que se reconheça o município dentro da área. Os dados de população e economia tem uma grande concentração industrial e também a presença forte do setor naval. Segundo os levantamentos da Firjan, os investimentos do setor privado somados aos investimentos públicos do governo federal, do governo do estado e dos municípios na região, geram em torno de R\$ 34,4 milhões. Mas vivemos um período de fortes investimentos e claro que capitaneados pelos mega eventos e agenda ocupada que a cidade do Rio de Janeiro vive.

Tivemos um período de dinâmica, com detalhe da capacidade de gerar emprego da região metropolitana em comparação com as outras, o que reflete o dinamismo que a região vive nos últimos anos. Existe uma comparação: uma região que tem ao mesmo tempo uma parte importante da cidade do Rio de Janeiro se retrai em termos de crescimento demográfico, com taxas cada vez mais baixas, outras, na fronteira metropolitana, apresentam taxas bastante elevadas e incrementadas, possivelmente por grandes projetos, como Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - Comperj, como a implantação de atividades ligadas ao Porto de Itaguaí. Essas regiões que apresentaram, nas últimas décadas, taxas de expansão demográficas expressivas tendem a manter, pelo menos nas próximas duas décadas, taxas bastante elevadas para o padrão brasileiro metropolitano. Há também a perspectiva no Plano do Arco que ajudou a dimensionar, com números baseados em projeções, o dinamismo da economia e a circunstância do royalties. Esses fatores podem mudar. Devido a fase de pesquisa, analisamos que nos próximos anos a região metropolitana pode gerar perto de 800 mil empregos. A principal mudança a destacar é que, pela primeira vez, a maior parte desses empregos estará na periferia e não no núcleo.

Das metrópoles brasileiras que mais concentram empregos e, principalmente, os mais qualificados estão presentes no núcleo metropolitano. A distribuição espacial de oportunidades de emprego ainda é ruim, e vemos, pela primeira vez, uma perspectiva em função de modificar esse quadro, o que muda, completamente, os arranjos das relações econômicas e sociais e da própria mobilidade. Exemplos: mantido o projeto original do Comperj, como geração de empregos, mais do que hoje está se configurando. Com a construção da linha três do metrô, será construída uma relação do núcleo com a periferia. Da mesma forma, o ramal de passageiros extinto que ia de Santa Cruz para Itaguaí, está sendo estudado para retomada, funcionaria no contra fluxo. As relações intrametropolitanas na busca do emprego podem mudar de sinal ou podem aparecer novas, como a conexão da TransCarioca com a TransBaixada ou com a Via Light, enfim, são novas conexões, de novos polos que surgem na região.

Há 30 anos a Barra da Tijuca não figurava uma centralidade. Havia um campeonato de centralidades, e o campeão era o centro da cidade, seguido de Copacabana ou Madureira e Niterói. Existia uma lista de centralidades metropolitanas com seus pesos e importância. Hoje, a Barra é a segunda centralidade metropolitana. Isso altera necessidades, desejos e o arranjo espacial da região. Esse dado é interessante para concluirmos que há uma tendência de curso, para os próximos dez anos, de trabalhar na perspectiva de geração de empregos na periferia em igual proporção em relação a cidade do Rio.

Eduarda La Rocque questiona se os projetos estão em curso com planejamento.

São levantamentos realizados com as empresas e seus planos de investimento e expansão. Não é um plano diretor, não há uma intenção traçada de desenvolvimento para isso. É uma constatação em função das performances em curso.

Eduarda La Rocque então questionou se havia sentido um projeto de planejamento no âmbito e se existiria alguma experiência de sucesso no Brasil com relação a planejamento, mobilidade e concentração de emprego.



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL**  
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP  
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Mauro Osorio apontou que a construção de uma gestão e planejamento metropolitano não é de fácil solução, mas é inescapável. Não será resolvido, por exemplo, a questão da saúde na cidade do Rio de Janeiro sem uma política integrada de saúde para a RMRJ.

Isto é uma falha. O estado de Minas Gerais conseguiu montar um projeto, mas não sabemos se vai manter o êxito. Outras metrópoles do mundo também fizeram esforço, algumas mais densas como a de Paris, uma história de sucesso e fracassos.

Nunca conseguimos modelar a metrópole, pois mal se modela o núcleo da cidade. A metrópole, como um todo, foi se expandindo e se desenvolvendo. Para efeito de comparação, Leblon e Austin surgiram na mesma época e motivados pela expansão ferroviária, hoje há uma diferença centenária no IDH de um e de outro. Não fomos capazes de promover desenvolvimento mais equânime das oportunidades e da própria oferta de qualidade de vida. É importante lembrar que, nos anos 50 e 60, se desenvolveram loteamentos na Baixada e em São Gonçalo, mais de 20 mil lotes foram construídos. Isso aconteceu, pois a cidade do Rio de Janeiro não poderia absorver aquela população. Boa parte dos loteamentos foram adensados a cidade e melhoraram suas condições materiais, outros, ainda não estão em boas condições. Seria mais viável economicamente, construir uma nova habitação em outro local do que urbanizar locais abaixo do nível do mar, com alto custo de drenagem. Esse é um grande exemplo de falta de visão sistêmica.

A Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana – Fundrem, antes da sua extinção, tentou montar uma visão a partir dos planos vetores municipais, mas não conseguiu focar a pesquisa com uma visão metropolitana. Portanto, nunca tivemos uma visão dos desafios da metrópole. Não há modelo de êxito de transporte que suporte uma concentração como a nossa. O nosso maior desafio é desenhar uma metrópole aproveitando o conjunto de investimentos e de perspectivas. Claro que, como Paris, vamos tropeçar, mas isso é necessário. Dirigir a expansão das atividades ou distribuição espacial é dever do estado.

Luiz Martins interfere considerando que o problema não é só transporte. Não tem saneamento, infraestrutura de serviço público de modo geral. Em relação ao desenvolvimento urbano, simplesmente não é realizado nem pelo mercado, nem no investimento privado.

Ninguém faz, mas inventamos uma centralidade por omissão ou outro motivo, mas o fato é que se inventamos uma ação, não podemos inventar outra, devemos consolidar com as existentes. Precisariamos em cerca de R\$ 2 bi para urbanizar a periferia metropolitana, que envolve a Baixada, aras de Niterói, São Gonçalo, Maricá e outros bolsões, para fornecer o mínimo de urbanização, fora o saneamento. A água e o esgoto seriam também outro esforço de proporções menores. Seriam R\$ 5 bi no total para que a periferia metropolitana pudesse ter condições mínimas de vida urbana.

Luiz Queiroz questionou se esse valor seria com habitação inclusa.

Não, somente urbanização, incluindo drenagem, iluminação pública, água e esgoto. Habitação não está incluso neste valor.

Fernando Cavaleri questiona sobre o programa *Morar Seguro*.

O programa Morar Seguro foi criado pelo governo com a catástrofe de três anos atrás. Começou em Niterói com programa de habitação para desabrigados, basicamente. A construção de casas estava incluso neste programa.

Fernando Cavaleri perguntou se atuaria nos municípios da serra.



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL**  
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP  
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Sim, em toda a região metropolitana. Programas como as UPPs, Upas e o Bilhete Único que, sem dúvidas, é um incentivo, mas, do ponto de vista estratégico, não é o mais adequado. É preciso também cotejar esses avanços. Nas regiões do estado, há uma concentração na capital e na região metropolitana, mais ou menos com pesos parecidos, a capital e o restante dos municípios tem quase o mesmo tamanho. O percentual de cada região, e o peso da capital e dos municípios metropolitanos juntos, somam quase 80%.

Mauro Osorio lembra a ausência de emprego formal na periferia da RMRJ. Se analisarmos a população da capital é igual a da região metropolitana sem a capital. Quando focamos no emprego na indústria de transformação, a cidade do Rio de Janeiro é o dobro de toda periferia junta. São 180 mil empregos na indústria de transformação, contra 90 mil em toda periferia.

Exatamente. É importante lembrar o desafio da habitação. Precisamos entender que, mesmo com a baixa taxa de expansão demográfica, não quer dizer que temos um período de baixo crescimento da atividade imobiliária, da habitação e de produção. A demanda reprimida, a melhoria das condições de vida, o empoderamento da classe C, significam que devemos ter uma produção de habitação formal na região metropolitana bastante acentuada nos próximos anos, mesmo em municípios onde a taxa de expansão não é tão acentuada quanto da periferia. Isso significa um desvio importante, em torno de 600 mil habitações. E há outro desafio: onde colocar, induzir, sugerir ou seduzir os atores e governos locais para construir condições adequadas a essa expansão com adensamento.

É um equívoco escolher entre expansão ou adensamento. As duas ações são necessárias, pois temos vazios metropolitanos absolutamente adequados a receber a situação: intervalos entre estações de trem, por exemplo. Um investimento de R\$3 milhões conectaria a vida metropolitana de maneira bastante adequada. A busca do adensamento não é uma equação simples. Temos que analisar o desafio da mesma maneira que o emprego, que sofreu dispersão caminhando para a periferia, a habitação formal tende a seguir o mesmo caminho.

O trabalho deve ser distribuído e analisado, pois, em algumas regiões será necessário o adensamento, enquanto em outras se encaixarão em processos de expansão dirigida. Tendo em vista os números e o tamanho do desafio, vai além da interpretação pura e simples da expansão demográfica. Devemos perceber que esse processo necessita de esforço e concentração que cabe ao poder público.

Que modelo de governança é esse? É necessário que o estado articule com prefeituras, tenha uma aliança sólida para que a liderança se consubstancie, afinal, praticamente metade da população está localizada na capital e boa parte dos equipamentos metropolitanos também. A relação com o município deve ser intensa. Além disso, entendemos que além das vantagens, dos avanços da tecnologia, da informação e outras formas de participação da sociedade, hoje há um caráter de natureza política e representativa do município e do estado que são indelegáveis. Ambos devem conversar sobre água, esgoto, transporte. Esse encontro é absolutamente fundamental para que possa haver conselho dos representantes, participação da sociedade com confiança e interesse vivo, percebendo que será ouvido, que terá nível de resposta para as questões colocadas.



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL**  
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP  
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Há esforços paralelos preocupantes nessa representação, devemos saber construir ambiente para não haver dispersão. Por exemplo, há um esforço importante da área ambiental na Baía de Guanabara como referência para a governança, para estabelecer um ente de governança pública. O meio ambiente é importante, claro, mas não representa todos os temas e contradições metropolitanas. O território metropolitano vai além da bacia contributiva da Baía. A corporação técnica, o trabalho do IPP, é uma massa crítica, consagrada, que independe de governos, formou-se um capital técnico, científico e interessante no órgão.

Com empréstimo do banco, conseguiríamos recurso para construir um plano diretor metropolitano, fortemente vinculado ao campo do desenvolvimento urbano limitado como o uso do solo, da habitação, do transporte, do saneamento, e, como produto desse esforço, um modelo de governança para ser discutido e construído junto com prefeitos, o governo do estado e outros atores do governo federal e da sociedade. A intenção é que até o final do governo tenhamos esse produto para uma metodologia de ausculta, consulta aos diversos entes envolvidos, para que possamos ter como legado, assim, o estado passa a ter um produto a concertar e um novo caminho para governança. Um plano com diretrizes, atores e um modelo de governança a implementar.

Referencia em transporte, O Plano Diretor de Transporte Urbano da Região Metropolitana – PDTU, apesar de modelos matemáticos sofisticados de cruzamento de dados, não analisam possibilidades de cenários distintos, de formatação, de modelagem na metrópole para outras perspectivas. Como vamos enfrentar o esgoto, como garantir a universalização da água? Essas questões ainda são um desafio. Os setores de transporte, de habitação, de saneamento precisam sair da zona de conforto e criar um ambiente de estudos e projetos estruturantes com uma dimensão articulada e integradora.

Mauro Osorio comentou que inspirado na apresentação de Luís Cesar, as dificuldades de organização de uma política metropolitana não ocorrem somente na RMRJ, mas sim em todas as metrópoles brasileiras. Uma alternativa para atração dos municípios para uma política metropolitana integrada seria o Governo do Estado oferecer contrapartidas orçamentária para os municípios que aderissem. Além disso, deveria se pensar uma integração entre o orçamento do Governo do Estado para a RMRJ com os orçamentos municipais. Da mesma forma, deveria se pensar uma integração entre os planos plurianuais dos 19 municípios da metrópole carioca.

Sim, existem mais engenheiros na CSM que no estado. No PPA houve um avanço, incorpora, pela primeira vez, ra visão de distribuição espacial dos investimentos, defini com mais precisão também no caso da região metropolitana. O estado havia abandonado há algum tempo essa prática, o orçamento estava também encarregado de visão setorial, de gestão, de eficiência, e a dimensão territorial era deixada de lado. Agora foi recuperada e cada vez mais há necessidade de se distribuir os recursos, ter uma lógica de distribuição de recursos, do governo, pelas regiões do estado de acordo com as suas necessidades, suas demandas. Para a região metropolitana foi consagrado uma série de investimentos, saneamento, mobilidade, infraestrutura viária, que estão dentro do GPA marcados, para combinação com o banco.



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL**  
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP  
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

José Marcelo Izaque argumentou sobre as possibilidades da institucionalidade política. Conheço um pouco mais a experiência de Recife, São Paulo acompanho há pouco tempo, consórcio do grande ABC, mas não é uma construção propriamente metropolitana. Acredito que talvez valesse falar um pouco mais dessa experiência de como vocês acham que pode ser um desenho possível para o Rio e que tipo de esboço e de interface com os municípios, de construção já está em curso.

Em primeiro lugar, cada governo de estado e administração precisa entender esse conceito. Sendo assim, precisa criar algo que represente isso. E o que a gente viu no Brasil, principalmente, e de certa forma em algumas experiências internacionais, é preciso ter um organismo de natureza política que represente isso. A criação ou a transformação de uma secretaria de estado para tratar deste assunto é de fundamental importância. Por quê? Para efetivamente acontecer. Não importa a denominação do grupo, mas precisam ter status político para reunir e agir. Necessário também o poder de decisão efetivo. Esse órgão, de natureza política de primeira instância de governo, vai representar o governo e administrar os conflitos e os destinos da região metropolitana naquilo que lhe compete e determina a Constituição.

Os estados de Minas Gerais e São Paulo tem tido um perfil de coturno político avançado. Primeiro por selecionar pessoas com três ou quatro estrelas, com relações políticas de primeiro escalão, pela sua carreira, visibilidade. Segundo, é preciso ter um conselho dos atores eleitos pelo povo, para administrar a região metropolitana: são os prefeitos da capital, dos municípios, e o governador. Indelegável, pode ter um suplente, vice, um secretário na hora para compor o grupo.

Mauro Osorio afirma que é melhor não ter suplente. Que o titular deve estar presente.

É melhor que não tenha. Nesse conselho, seria interessante que, além dos 19 componentes, tivesse um convidado, o presidente do fórum. O fórum teria um presidente que participaria do conselho sem poder de voto, mas drenando as demandas da sociedade. Seria um ato simbólico de reconhecimento de uma orquestração com participação dos atores. Os atores serão representantes do setor empresarial, sociedade civil, academia. O presidente do conselho participa ainda de outro conselho formado por entes e atores políticos.

Além do conselho, existiriam as câmaras técnicas, ou algo equivalente, que daria suporte para que o conselho funcionasse com poder de decisão, deliberação efetiva e também ajudasse a organizar as reuniões de um fórum da sociedade formado por atores com participação de técnicos e secretários do governo do estado e município. O conselho teria cinquenta ou sessenta membros, com duas reuniões anuais no máximo, com informações das câmaras técnicas que, ao longo do intervalo entre as reuniões ordinárias do fórum, daria subsídios e informações para ajudar nas orientações para que o conselho tomasse as decisões. Também seria necessário um fundo de desenvolvimento regional que pudesse ser a grande atração com projeto de desenvolvimento econômico, urbano e de infraestrutura e aderisse com ações em conjunto de três ou quatro municípios, integrantes da região.



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL**  
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP  
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Esses instrumentos, a não ser o fórum e o seu assento no conselho político, atuaria para que os componentes se sintam à vontade e representados.. Isso é uma equação a condição de voto, a proporcionalidade disso é preciso ser construída, discutida, não é uma equação singela, mas é impotente que se esclareça que possa ter interesse e participação dos municípios nesse processo. O corpo técnico, organismo que tenha um mínimo de permanência, precisa de uma corporação treinada e qualificada. Temos no Rio de Janeiro, o Luiz Cesar pode corrigir, as mais importantes análises de pesquisa sobre o problema metropolitano, seus desafios e suas dimensões, os mais importantes pensadores estão aqui, sem nenhum desmérito aos outros, mas há um conjunto de conhecimento, de produção acadêmica sobre esses desafios e não temos integração efetiva.

Jailson de Souza do Observador da Favela e da UFF disse que na semana anterior, estava com o vice-governador, Pezão, e ele falou uma série de coisas que está realizando, e temos conversado aqui, exatamente sobre o futuro caráter do Rio de Janeiro. Ele falava de um conjunto de projetos que estão sendo feitos pelo estado do Rio de Janeiro. Em momento algum ele revelou, e foi minha questão para ele, pensar no Rio como cidade metropolitana, e a discussão foi exatamente isso, por que não tem um órgão desse tipo na região metropolitana carioca? Objetivamente, por mais coisa que se faça, dá sempre a impressão que são ações tópicas, não efetivamente parte de um projeto da cidade e de um projeto de região que possa sustentar o processo. Ele nem comentou a questão da necessidade de um órgão. Então eu queria saber, efetivamente, porque uma coisa tão óbvia não é feita e, pelo contrário, caminha para se desfazer. Não é só questão política. Existe algum paradigma urbano para além de interesse específico, que possa estar norteando essa ausência de um projeto e como fica a questão, por exemplo, o PDBG, a questão de saneamento já se gastou nesses anos rios de dinheiro. Eu lembro que tinha um determinado político no governo Garotinho, a única coisa que ele queria era o PDBG, e tinham explicações óbvias para aquilo. Se não cede a discussão da despoluição, nesse projeto mais global, meu temor é prejuízo de novo, você termina perdendo essa possibilidade de integração. Acho que tem iniciativas no município, como na Baixada, mas ainda é um processo muito pouco efetivo. Funciona muito mais na dimensão política de prestígio do que efetivamente de uma ação integrada. Queria entender um pouco disso.

O que o Pezão retrata, e com muita sinceridade, é o problema da partilha do poder. A nossa Constituição foi insegura na definição desse tema e ficou esse imbróglio que na semana retrasada teve um sinal de que pudesse melhorar um pouco quando o Gilmar Mendes finalmente deu seu voto sobre a questão da titularidade de saneamento em região metropolitana, dando aos municípios. Tínhamos expectativa que pudesse ter, até então, uma coisa mais robusta para a gestão, para governança metropolitana. Mas não foi como os teóricos e os técnicos do assunto esperavam. Foi frustrante o posicionamento do Supremo Tribunal. O fato é que não querem tratar do assunto porque é muito complicado mesmo, é uma Constituição que fala que o problema existe, mas não cria condições, ou não estabelece com clareza os papéis e as competências para que as forças possam gerir. Quem consegue dizer para o Eduardo Paes, por favor, diga. Estou nominando porque é o prefeito em vigor, que o BRT que vai para a Barra, talvez se tivesse uma extensão e pudesse ir até Duque de Caxias.



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL**  
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP  
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Eduarda La Rocque afirma que somente o governador poderia aconselhar. Devido a sua autonomia.

Os municípios mais empoderados, com mais capacidade, normalmente as capitais, assumem funções metropolitanas e às vezes capenga, porque até estão impedidos também pela Constituição.

Creemos que se não houver uma construção, uma pressão de natureza política que demonstre aos governantes dos municípios, da capital e do governo do estado, da necessidade dessa mudança ela vai se dar também por espasmos, por um projeto importante, por uma equação importante. Nesse ponto, Minas Gerais é a mais sólida de todas as experiências, porque há uma concentração política bastante densa com as prefeituras, e que levam o governo do estado a ter um comportamento mais respeitoso.

O governo do estado não entende a necessidade de fazer um órgão metropolitano, não nota como um obstáculo pode resolver problemas. Acreditam ser um desperdício, um recurso que não vai funcionar, pois existiu tentativas no passado. Infelizmente, avanços existiram, mas não com a mesma força e peso de órgãos pelo mundo afora.

Jaison de Souza analisa que o Padem, por exemplo, quando é criado um fundo e investimento de dinheiro na questão, existe a obrigação de republicanizar esses recursos, que muitas vezes não tem interesse na relação de estado e municípios. Você pode dispor de recursos a seu bel prazer [de acordo] com seus aliados ou não, fica muito mais lógico você ter uma estrutura de planejamento que possa estar construindo esse processo.

A temática não é fácil. Em nenhum lugar do mundo conseguiu equacionar bem essa governança dos interesses locais, mais do que locais, interesses estratégicos metropolitanos. Esse é um desafio na Alemanha, na França, talvez tenha tradição mais longa, na Inglaterra. A França, por exemplo, tem uma tradição, um deputado vai estar aqui com vocês, vocês vão poder testemunhar isso com ele, o plano desenvolvido pelo Institut d'Aménagement et d'Urbanisme d'Île-de-France, foi capaz de resistir ao concurso internacional que o Sarkozy, apesar do apelo de toda a mídia, foi capaz de resistir. Mas existem problemas com relação a essa definição de papéis em todo mundo. Em Nova York o plano metropolitano é uma iniciativa da sociedade, algumas empresas financiaram com participação de ONGs e fizeram um plano, mas não funciona como deveria. Então, não é um problema fluminense, não é um problema brasileiro.

Isso não é um problema nosso, é um problema mundial, e acreditamos que uma instância de governo seria a solução. Eu creio que a concertação é o caminho, a busca de uma colaboração efetiva, com liderança do governo do estado; nos limites da nossa Constituição e da conjuntura que a gente tem, acho que é o que pode caminhar melhor. Mas desde que haja realmente uma delegação e um reconhecimento da importância desse tema, não para constar, mas que ele tenha o peso e a visibilidade, por exemplo, que hoje a área ambiental ou a área financeira, área do controle ganharam hoje dentro da estrutura do governo. Algumas áreas hoje são mais valorizadas do que



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL**  
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP  
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

outras, a área do controle, por exemplo, é uma área que ganhou uma dimensão, por conta [da delegação] que não tinha algum tempo atrás. Emprestar essa dimensão é que eu acho que é o desafio político a cumprir. E aí, desculpa, não é Joaquim nem Manoel, é um processo um pouquinho mais complicado. Claro que o papel do governador é decisivo, mas não é só isso.

Luiz Queiroz questionou se existe uma forma de se reunir com 19 prefeitos, alguma peça, onde você conseguisse mostrar para eles que todo mundo ganharia liquidamente com a concertação dessa. Uma coisa mais palpável, um plano onde você mostrasse para eles, existe essa possibilidade? Assim fica mais difícil a adesão de algo se você não tiver um plano concreto, um plano onde eles consigam visualizar ganhos líquidos para concertação dessa, uma forma de conhecimento.

A Eduarda tocou no ponto mais importante. O pragmatismo dos prefeitos, o tempo do mandato, a pressão que eles recebem por realização concreta, o fundo é mais atrativo do que isso.

Mauro Osorio concorda e diz que é necessário criar instrumentos.

Eduarda afirma que o circo político, feito em campanha política para governador e prefeito, inviabiliza qualquer projeto.

Precisa existir recurso e um fundo sólido.

Bruno Jorge levanta questionamento sobre onde se aplicaria o dinheiro de uma forma que eles pudessem visualizar essa aplicação e o benefício da ação.

Fernando Cavalieri conta que existe um livro sobre o tema, antigo, do Ibam, foi o serviço de interesse comum na região metropolitana. Lixo, por exemplo, é um problema. O Rio de Janeiro bota o lixo em outro município. Tem uma estratégia metropolitana de coleta de lixo, uma coisa básica. Mas pode ser de interesse comum, ou são menos de interesse comum então fica mais difícil.

Jailson de Souza menciona que só para colocar em curso, uma época atrás, existem emendas orçamentárias lá no governo federal, todo mês de setembro vão até Brasília buscar o dinheiro. Então é necessário autorização pagar pegar dinheiro, precisaria de autorização do conselho.

Luiz Martins acrescenta que a apresentação do Luiz Cesar converge na mesma questão da institucionalidade, do ponto de vista racional. Do ponto de vista acadêmico, não vejo nenhum problema, mas acredito que seja impossível dada a situação política do Brasil. Isto não vai acontecer. Acredito nisso devido a minha experiência, há 35 anos no setor público. Principalmente dos últimos anos para cá,



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL**  
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP  
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

é impossível, se conformou uma determinada visão do setor público no Brasil de que ele é muito difícil que você faça qualquer tipo de concertação, a não ser que você tem um projeto que diga, vou pagar tanto, você vai entrar com tanto, nós vamos fazer isso e acabou. Estou sendo absolutamente pragmático, não estou emitindo nenhum juízo de valor. Acredito que o ideal seria conseguir algum tipo de institucionalidade, governança, mas isso é muito difícil. É uma questão que envolve poder, com governador e prefeito, e existe disparidade.

Em meados dos anos 90 em diante, passou a ter uma ideia de que o local tem que ser atendido sobre os outros, a questão do meio ambiente, evidentemente a questão local assume uma proporção muito grande, é uma questão mais delicada. Temos que ser mais pragmáticos, minha experiência mostra isso. É impensável pensar no séc. XXI ainda não tenha rede de esgoto em todos os lugares, imaginar que o caminhão de lixo atravessa a cidade toda para depositar em Seropédica. Existem usinas de tratamento de lixo para gerar energia na Copa aqui. Essas coisas são inimagináveis do ponto de vista da racionalidade técnica. Agora, do ponto de vista da racionalidade política, elas são exequíveis. É inadmissível, pois o custo do caminhão na cidade do Rio de Janeiro atravessando a cidade, sem apontar a emissão de CO<sub>2</sub>, focando só no asfalto, o desgaste que causa. Temos que buscar alguma coisa que seja mais viável do ponto de vista político. Sem perder a esperança de resolver algum problema. Por quê? Porque nós vamos ter três milhões de automóveis no Rio de Janeiro. Como vai ficar com van e ônibus na rua? E todo planejamento de mobilidade urbano é botar mais ônibus na rua. O BRT é mais ônibus na rua. Não tem superfície para isso, não tem espaço para isso. Ou vai cavar no buraco ou vai usar água, vai enterrar esse negócio todo, não adianta ter um carrilhão de BRT, isso é maluquice. Não vai resolver o problema do aeroporto internacional de transporte. Como você falou, não tem inovação nenhuma. Vamos imitar o que os outros fazem, para que vou ter inovação! Inovação é ter 75% do meu transporte urbano em rodoviário, isso é uma inovação negativa. Então eu acho que a gente teria que ser, não deixando de lado a esperança, senão a gente morre, e vão ter outros problemas. Devemos ser um pouco mais pragmático.

A nossa organização, no exercício dos governos, no estado, na nossa região, é um pouco do messianismo. Temos consagrado modelos a perseguir. Se não sabemos para onde vamos, que metrópole desejamos; a experiência francesa talvez seja a mais densa, na minha opinião, que temos no mundo de grandes metrópoles. Observamos que cada um que chega inventa a roda, ou anuncia uma novidade, como se fosse possível.

Para que a gente possa, na medida em que o governo tem mais compromisso com saneamento, digamos, com a distribuição mais equânime das oportunidades, ele vai dar mais peso a essa ou aquela estratégia, ou a essa ou aquela política, mas mesmo com essa mudança de tom ou de intensidade, numa ação ou outra, por trás disso, está numa busca de uma metrópole a conseguir concertada, com prazo de validade.

Eduarda acentua que tem muito a falar, mas será na próxima reunião. Mas um alento, eu queria detalhar mais essa questão de um projeto de licitação para desenhar um novo plano diretor. Porque aqui no município também a gente tem que fazer, quer dizer, eu padeço do mesmo mal que você, de UPP, eu quero transformar UPP numa integradora de política pública integrada com política privada e terceiro setor também, então eu também padeço desse mal de ser um instituto integrador e de articulação nos diversos desafios que a [gente] tem pela frente. Eu



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL**  
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP  
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

acho que a questão metropolitana é o que está lá na frente, é mais de longo prazo, é um planejamento integrado. Agora a gente está fazendo aqui no IPP um programa de otimização que envolve a educação, junto com habitação e saúde. E o Morar Carioca é independente de tudo. É uma falta de integração de planejamento absurda. Estamos começando a trilhar os caminhos para ter um planejamento integrado. A UPP Social tenta fazer uma integração entre a política da prefeitura e do estado, mas eles estão compartilhados dos recursos, tem 30 bi para fazer projeto para juventude aqui, superposição o tempo todo. Fui para a África do Sul fazer uma apresentação, o título era *Questão do planejamento social, urbano e econômico*. Acho que avançamos no Brasil, com o Minha casa é minha vida, o Ministério das Cidades, com a questão de integrar o social e o urbano, mas falta o econômico que é uma parte fundamental, e que é a minha discussão com o pessoal da SMU, que vai fazer uma revisão do plano diretor agora, tem que sair até 2016. Então isso é um alento, a gente conseguir fazer um plano diretor que envolva as questões econômicas e juntando com o plano diretor do estado. Assim, temos um casamento de prazos que dê para avançar usando os acadêmicos e as universidades que é o fórum aqui. Na hora da licitação vai ganhar uma consultoria, não vai ser feito de uma forma integrada, totalmente independente do que está sendo feito pela SMU, que já estou puxando para gente integrar aqui junto com o desenvolvimento econômico, enfim. Mas a apresentação em mostrou uma luz no final do túnel.

O planos se estrutura em cinco grandes pilares. Uma visão de futuro, qual metrópole podemos imaginar para perseguir, ajudar a construir. O plano pretende ouvir atores dos municípios e também da sociedade, para que a gente possa ter a síntese de visão de futuro. O segundo é como fazer a remissão do passivo. Esse é um desafio de atração muito forte.

Esse segundo pilar é para ajudar a mostrar para os prefeitos e atores sociais: o seu drama tem solução, se a economia se desempenhar de exata forma. Terceiro, é modelar. Porque tudo que falamos de indústria e logística, distribuição espacial e oportunidade demandam terra e habitação. A relação entre o que tem de vazio e o que vai se ocupar, a estratégia para fazer isso de modo mais sustentável, custo de transporte e infraestrutura disponível é uma equação metropolitana. O plano pretende apontar essas necessidades e qual seria o modelo físico e territorial mais adequado para as demandas. A identidade, uma discussão mais filosófica, sociológica, antropológica, mas fundamental. Nossa identidade metropolitana ainda é um tema a ser enfrentado, pois Niterói incorpora de um jeito, a Baixada de outro, a zona oeste de outro e a construção de uma identidade única pode ser uma grande chave para virar o comportamento político. E por último o modelo de governança, com todas as diretrizes de como fazer, qual seria o tamanho do conselho, sua composição, como seria esse organismo, que papel ele teria, o corpo técnico, qual seu perfil, quer dizer, também trazer mais orientação, quanto isso custaria. São essas as dimensões.

Eduarda questiona qual é o prazo para lançar o termo.

O prazo para lançar o termo são doze meses. Ele tem um caráter, uma escala que não permite muito aprofundamento porque o prazo é curto. Temos que fechar dentro do prazo senão arriscamos o processo político.



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL**  
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP  
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

São doze meses para tratativas de contratação e execução. É com dinheiro do Banco Mundial e consórcio está estimulando que se consorcie com instituições também brasileiras, vai ter participação internacional e a presença de universidades.

Eduarda diz que a história do Rio de Janeiro e uma parte do estado foi lamentável, uma descoordenação total. Agora temos alinhamento. Foi falha de comunicação entre duas pessoas que poderiam ter se falado. A gente não tem institucionalização disso, acredito que devemos aproveitar esse alinhamento político para fazer um pacto técnico muito forte. Mas, de fato, é complicado.

Mauro Osorio reconhece os avanços, mas aponta que do ponto de vista do planejamento e de uma coordenação de políticas entre as diversas secretarias a prefeitura ainda tem que avançar.

Luiz Queiroz disse que deveria criar uma função, que implica num comprometimento de longo prazo, no âmbito político. Mas se mudar o governador pode mudar também a força da secretaria de planejamento.

Mauro Osorio questionou como o processo poderia ser feito.

Luiz Queiroz explica que acredita que a ideia de criar uma agência, não resolve, mas cria uma arena possível de formulação da questão metropolitana, de políticas, de entendimento, sobretudo se isso estiver associado com a dinâmica política. O que você está falando, fórum, reunião de prefeitos, sociedade, tal. Claro que isso não vai resolver, a não ser que isso daí, realmente, faça nascer uma força política efetiva. Mas eu não acho que é melhor do que deixar na mão de uma secretária que é muito sujeita as conjunturas políticas. Se mudar o governador, aí a força política também pode mudar.

Mauro Osorio entende que a criação de uma agência pode enraizar mais a existência de uma política metropolitana. Mas mesmo com a criação de uma agência, dependendo da visão política, pode haver esvaziamento.

Luiz Queiroz rebate dizendo que acredita que se tiver uma agência com essa configuração e com uma burocracia técnica profissional, ela tem possibilidade de ter uma vida mais perene. O IPP é um exemplo, passou por vários governos, mais ou menos comprometido com o não planejamento e conservou uma capacidade técnica, uma capacidade de diálogo com a sociedade etc,

Mauro Osorio aproveita para lembrar que no âmbito estadual, deveria se fortalecer a Fundação Ceperj.

Luiz Queiroz responde que poderia ser. Mas o desenho que foi apresentado pelo Vicente, é promissor. No sentido de criar pelo menos aqui no Rio de Janeiro, o que já existe em outro lugar, que é uma arena, um lugar.

Mauro Osorio diz que criar uma arena de discussão e formulação é fundamental.



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL**  
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP  
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Luiz Queiroz pergunta onde que está sendo discutido a questão metropolitana? Em casa. Agora está discutindo lá em Recife, não lembro mais o instituto.

Componente do conselho, Bruno Jorge, responde que é no Fidem.

Luiz Queiroz aponta que alguém tem que prestar contas, alguém pode tomar iniciativa. Acho que seria interessante, se fosse possível, incluir nesse plano também projetar a possibilidade de um projeto estruturador. Isso é que fez a diferença lá em Paris. Sarkozy quando assumiu, por razões políticas de outra natureza criou um projeto na macro metrópole de Paris, ninguém sabia o que era. Criou um discurso para transformar Paris num lugar competitivo, frente a ONU, Frankfurt, etc. Se pegarmos o que está acontecendo no Rio de Janeiro, os mega eventos, então fazer um papel semelhante, carreando forças em torno de uma ideia, aí uma ideia concreta, com investimento, tem compromisso, tem interesses efetivos a serem disputados. Talvez na sua concepção de cinco pontos, poderia ter um sexto ponto: qual o projeto estruturador para metrópole do Rio de Janeiro? Eu acho que pode ter várias, mas que tenha esse papel catalisador para tentar juntar Rio de Janeiro, o município do Rio de Janeiro com o estado, estado com os município, município com a União, ainda que num primeiro momento. Mas acho que já ter uma agência, me parece promissor, mas não vai resolver claro, nenhum de nós aqui é ingênuo para pensar que a solução vem da engenharia institucional, mas tem um lugar que: aqui, olha, tem que falar da região metropolitana, quem fala, fala o que, para quem? Já muda de figura, pelo menos, promete.

Mauro Osorio questiona se a ideia do fórum poderia ser com o secretário de planejamento estadual com os municipais, estimulando que esses municípios passem a ter planejamento, ou seja, o que falta é planejamento. Então, politicamente você teria que empoderar a ideia e a execução de planejamento, esse é o desafio. Como você coordena política? Tem que ser a partir do orçamento, a partir de definição de prioridades, territorializando, não seja uma coisa só setorial, tem que ser uma política integrada, inclusive no âmbito territorial.

Jailson aponta o que aconteceria se o planejamento da função de governos tradicionais muito mais de gestão imediata, daquele governo, daquele mandato, o projeto iria segurar?

Mauro Osorio menciona que instrumentos já existem, como o plano plurianual.

Luiz Queiroz aponta que a questão metropolitana é um problema crucial: econômico, ambiental, de população, saúde, transporte. Porque que esse problema não é empoderado? Mas tem uma questão, nosso federalismo, que aqui no Rio de Janeiro ganha contorno, é ainda mais complicado, que o município não é suficientemente fraco para ter uma decisão completamente autoritária do governo federal impondo tudo para o município, nem suficientemente forte para competir. Os conflitos que existem são organizados numa relação de força tão desigual



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL**  
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP  
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

que é melhor apaziguar do que conflitar. Isso tira da dinâmica política a possibilidade, realmente, de uma interlocução, onde o problema metropolitano suscite uma disputa que leve a uma visão que é melhor operar do que cada um jogar o jogo da hierarquia, poder se dar bem nas relações de poder desigual. Isso que acontece no Brasil como um todo, é pior no Rio de Janeiro. Nova Iguaçu, Caxias e outros municípios estão ganhando densidade econômica que podem mudar a regra, mas no Rio de Janeiro esse elemento é pior ainda, porque é muito mais interessante jogar o jogo do governador, do que me associar com outro prefeito para disputar com o governador.

Jailson aponta que durante uma reunião em 1999 com o Bittar. Reuniram-se todos os secretários de planejamento dos municípios, exatamente para tentar alinhar o participativo do estado, que alinhasse os PPAs dos municípios com o do estado. Toda a ação foi jogada no lixo, porque tem a discrepância entre uma eleição e outra, isso que dificulta. Então, se consegue alinhar as eleições, se consegue alinhar os PPAs e tendo um órgão, isso começaria a ganhar uma musculatura, uma força bem maior.

Mauro Osorio ressalta que a periferia da RMRJ sofreu uma particular precarização. Dessa forma, a criação de uma política metropolitana no Rio é mais urgente do que em outras regiões brasileiras, principalmente no âmbito da Região Sudeste.

Agradecendo aos conselheiros presentes e a Vicente Loureiro por sua palestra, Mauro Osorio encerrou a reunião. A Secretária Executiva Daniela Góes tomou notas e elaborou esta Ata, que será assinada pelos Conselheiros presentes. Eventuais correções serão encaminhadas pelos Conselheiros e constarão da ata do próximo encontro do Conselho.

Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 2013



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL**  
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP  
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

**CONSELHEIROS**

---

**MAURO OSÓRIO DA SILVA**  
**PRESIDENTE**

---

**EDUARDA LA ROCQUE**  
**IPP**

---

**SERGIO FERRAZ MAGALHÃES**  
**IAB/RJ**

---

**LUIZ CESAR DE QUEIROZ RIBEIRO**  
**IPPUR/UFRJ**

---

**ROBERTO DE ANDRADE MEDRONHO**  
**UFRJ**

---

**JEAN LEONARDUS CARIS**  
**CASA CIVIL**

---

**MARIA ALICE REZENDE DE CARVALHO**  
**PUC-RIO**

---

**JORGE GUILHERME DE MELLO BARRETO**  
**CEPERJ**

---

**JAILSON DE SOUZA E SIVA**  
**OBSERVATÓRIO DE FAVELAS UFF**

---

**SILVIA RAMOS**  
**UCAM**

---

**WASMÁLIA BIVAR**  
**IBGE**

---

**MARCELO CORTES NÉRI**  
**FGV**

---

**LUIZ MARTINS DE MELO**  
**IE/UFRJ**

---

**BRUNO JORGE VAZ SASSON**  
**SESDEC**